Coligação "Santa Catarina Para Todos"

PROGRAMA DE GOVERNO PARA SANTA CATARINA

I - O Estado e a democracia

Retomar o Estado para as mãos do povo catarinense, uma vez que isso é condição essencial para implementar o modelo de desenvolvimento que defendemos. Queremos contribuir com a organização de um Estado democrático, justo e eficiente, que transforme as pessoas em sujeitos do processo político e fortaleça as instituições democráticas.

Entendemos que o Estado mobilizador da sociedade é a melhor ferramenta de que se dispõe para superar o clientelismo, punir os abusos do poder econômico e do poder político, desfazer as amarras do patrimonialismo, dar transparência ao que se faz no governo, diminuir a burocracia, desobstruir e criar novos canais de participação em que a cidadania defina e controle as políticas públicas.

Nessa mesma perspectiva, é importante que se promova um novo federalismo, que fortaleça – com os recursos correspondentes e por meio de uma redistribuição da receita tributária – a autonomia de estados e municípios. Não pode continuar cabendo à União a maior parte dos recursos orçamentários, e aos demais entes, mais próximos da população, o maior conjunto de responsabilidades sem a correspondência de recursos.

É preciso inovar na gestão das políticas públicas. As políticas precisam ser formuladas e implementadas em uma perspectiva intersetorial e transversal, com a profissionalização do serviço público. Nesse campo impõem-se ousar e conceber estratégias que tenham no planejamento, e no rigor na sua execução, o elemento integrador das políticas públicas que induzem ao desenvolvimento.

II - Economia para o Desenvolvimento

A perda de espaço da indústria e de dinamismo na economia, inclusive do ritmo de evolução dos indicadores sociais, é uma realidade que contrasta com o enorme potencial de uma sociedade criativa e com espírito trabalhador. Temos uma economia pujante, e uma grande

disponibilidade de recursos naturais, que é dilapidada por outros interesses diversos da coletividade.

As ações do governo do estado devem ter como diretrizes a simplificação dos procedimentos, a redução das desigualdades sociais e a incorporação das inovações tecnológicas nos processos produtivos. Nossos ativos ambientais, constituídos por uma diversidade biológica, florestal e paisagística dos mais ricos do país, devem ser integrados à atividade econômica como recursos estratégicos e de uso responsável, superando a situação atual em que, na sanha pelo crescimento a qualquer preço, são tratados como entraves e ou obstáculos a serem removidos.

Propomos uma política industrial que amplie a densidade e a inovação tecnológica dos nossos produtos, inclusive da pauta de exportação, e aumente a produtividade geral, gerando empregos de maior qualidade e diminuam a dependência dos insumos importados.

É preciso valorizar as pequenas e médias empresas, que são responsáveis por parcela significativa do PIB, com grande contribuição para a geração de empregos. Como se fazem presentes em praticamente todos os segmentos econômicos, representam parte considerável da produção, fato que as implica na inserção em todas as políticas de governo e à qualificação de produtos e processos.

É essencial, ainda, incorporar novas tecnologias à nossa agropecuária, com ênfase na agricultura familiar, fundamental para as estratégias de enfrentamento da pobreza, geração de emprego e renda no campo. É possível dobrar a produção de alimentos sem reduzir a área de cobertura vegetal natural.

Além disso, é preciso defender a retomada da reforma agrária que promova o desenvolvimento do campo com justiça social, garanta o acesso a terra e o bem-estar para as famílias de pequenos produtores no meio rural, especialmente com apoio técnico e financeiro aos assentamentos e desenvolvimento educacional das crianças e dos jovens assentados.

Na área urbana, é necessário criar incentivos para a economia solidária e criativa, para a economia do conhecimento e da inovação, consolidando-os como vetores imprescindíveis para o desenvolvimento científico, social e econômico do estado e potenciais geradores de emprego e renda.

É fundamental, também, reestruturar o turismo, de forma a fortalecer as articulações da atividade turística com a educação, com a cultura e com o meio ambiente, em nível local e regional, visando incrementar continuamente o fluxo de visitantes de outros países e o turismo interno.

Para que Santa Catarina possa materializar suas potencialidades econômicas e consolidar o processo de desenvolvimento, é imperioso investir pesadamente em infraestrutura e logística, orientadas por uma visão integrada e sustentável e não por uma lista de obras que não se articulam. Essa estratégia deve propiciar maior e melhor produção para atender os mercados nacional e internacional, absorção de novas demandas geradas pelo crescimento econômico,

garantia de qualidade dos serviços de infraestrutura (rodoviários, ferroviários, portuários e aeroportuários) e menores impactos sobre o meio ambiente.

III - Educação, Cultura e Inovação

Educação e Cultura devem ser concebidas como áreas articuladas, em constante diálogo com os temas e tecnologias do século XXI e com estímulo às inovações que respondam aos desafios contemporâneos. Essa articulação implica também o estabelecimento do desenvolvimento sustentável como eixo central, em um movimento entre passado, presente e futuro, que reconheça as tradições e os conhecimentos que fazem sentido no mundo atual.

O enfrentamento das desigualdades educacionais deve se orientar pela necessária refundação da educação pública de qualidade para todos. A escola e a universidade devem estar abertas aos saberes locais, à diversidade cultural da comunidade e do mundo, aos novos conhecimentos e pensamento científicos e à disseminação do valor social do trabalho. A ação estatal deve ter como estratégia central a garantia de equidade, o caráter laico das instituições, a qualidade das instalações físicas e de equipamentos, e a valorização dos profissionais da Educação e da Cultura.

Para alcançarmos uma Educação Básica, integral e de qualidade, precisamos de profissionais qualificados e com compromisso com a aprendizagem e a construção de uma nova sociedade. A formação inicial e continuada de professores, assim como o estabelecimento de planos de carreira e salários são políticas imprescindíveis para uma Santa Catarina melhor. Essa formação deve ter como fundamento a cultura brasileira, plural e dinâmica, com a valorização dos patrimônios material, imaterial e natural locais, assim como seus saberes e fazeres, com respeito aos sujeitos, às diferentes temporalidades históricas, à diversidade e pluralidade cultural. Uma sociedade plural como a nossa deve assumir de forma integral o direito à diversidade em que todos sejam iguais perante o Estado.

Transformar a UDESC em um instrumento de ensino, pesquisa e extensão, subordinado ao projeto de desenvolvimento econômico e social do estado.

IV - Políticas Sociais e Qualidade de Vida

As políticas sociais devem contribuir de modo decisivo para o combate das desigualdades, para a melhoria da distribuição da renda e da riqueza, para a ampliação da felicidade, da qualidade de vida e do bem-estar da população. Nesse sentido, é fundamental que se assegure o acesso universal a bens e serviços públicos. É dever do Estado garantir à população o acesso à saúde de qualidade, habitação dotadas de infraestrutura e saneamento, com acesso a todos os serviços públicos relevantes.

O SUS é uma das conquistas sociais mais importantes do recente período democrático, que deve ser valorizado e ter sua gestão pública aperfeiçoada, para que se possa assegurar uma

assistência integral e de qualidade. A Atenção Básica em Saúde deve ser efetivamente universalizada, constituindo-se na única porta de entrada dos serviços de saúde, exceto pelas emergências médicas. Este preceito requer um enorme esforço de organização dos serviços e aporte de recursos, inclusive no sentido de articular unidades de diferentes níveis de complexidade entre si. Defendemos o SUS 100% público, gratuito e de qualidade.

Como forma de promover melhorias nos serviços de saúde - e não apenas cuidar das doenças - deve-se inscrever a prática de esportes e atividades corporais como parte do conceito de assistência integral à saúde. De igual forma, é fundamental fortalecer a cooperação intersetorial entre as políticas de seguridade social, educação, cultura e segurança como forma de assegurar o atendimento à população, levando em conta o perfil das famílias, com prioridade às famílias chefiadas por mulheres, suas necessidades e potencialidades.

É necessário, ainda, que a política de superação da pobreza se transforme em política de Estado. Isso permitirá estabelecer objetivos de longo prazo e impedir a descontinuidade dos programas e das ações. Estamos aqui diante de uma questão de focalização da ação do Estado, pois se trata de envolver o conjunto das políticas sociais e ter atenção específica no segmento populacional de elevada fragilidade social.

V - Novo Urbanismo e o Pacto pela Qualidade de Vida

Nossa coligação identifica na questão urbana um dos problemas mais expressivos que se apresenta em Santa Catarina.

As altas taxas de urbanização, obrigam os governos a desenvolver políticas que garantam qualidade de vida em ambientes urbanos que incorporem as conquistas civilizatórias da humanidade. Para que tal fruição seja possível é necessário atuar para desenvolver cidades que sejam saudáveis, democráticas, seguras e agradáveis.

Na questão urbana importa enfrentar o desafio da mobilidade, que requer integrar e articular a cidade territorialmente e, nesse contexto, pensar o modo como se darão a prestação dos serviços públicos e o acesso da população a todos os equipamentos existentes, inclusive aqueles destinados à cultura e ao lazer.

Tal integração deve eleger o transporte coletivo, com seus diferentes modais, como prioridade. Isso nos obriga a repensar o uso do automóvel e a locomoção e convivência com os meios não motorizados. Desse modo, enfrenta-se a poluição ambiental, bem como, os intermináveis congestionamentos urbanos.

Outra questão relevante é a superação do nosso déficit habitacional, revertendo o processo em curso de isolamento e dispersão da população de baixa renda.

A sensação de insegurança generalizada, que é repercutida diariamente pelos meios de comunicação de massa, evidencia os limites atuais da política de segurança, que ainda não se tornou prioridade. Morrem de forma violenta, essencialmente, homens, jovens, negros e

pobres. Replica-se, portanto, no tema da segurança, o processo de exclusão social, que não pode ser superado apenas por meio da atuação policial.

A exclusão social predomina no território urbano e nas nossas cidades verifica-se uma desarticulação entre as áreas centrais, densamente dotadas de serviços e equipamentos públicos e privados, e as periferias, em que sobressai a ausência do Estado. Uma nova concepção de cidade deve priorizar este tema e orientar a articulação e integração das políticas públicas, com ênfase para transporte e mobilidade, habitação, saneamento ambiental, educação, saúde, esporte, cultura e lazer, no sentido de superar a segregação espacial.

Ao se pensar em segurança faz-se necessário, portanto, garantir o direito pleno à cidade, que, ao reconciliar áreas centrais e periféricas, permite o compartilhamento de um patrimônio social, cultural e político que é coletivo. Criam-se, assim, elementos para consolidar uma cultura da paz, que deve encontrar nas políticas integradas para a juventude um instrumento privilegiado para sua disseminação.

Tal constatação obviamente não diminui a necessidade de se desencadear ações estritas de segurança pública, que devem compreender policiamento de combate ao tráfico de armas e drogas, além de ações de inteligência, para desmantelar o crime organizado e suas facções.

O combate às drogas deve ser uma bandeira priorizada por toda a sociedade, mobilizando os agentes públicos e a sociedade civil em torno de iniciativas ligadas à prevenção, ao tratamento e à inclusão de usuários e dependentes, e à operacionalização de ações integradas de repressão qualificada ao tráfico.

O redesenho dos processos de trabalho e da forma de atuação das polícias deve ter como finalidade aumentar a eficiência de sua atuação; acelerar o processo penal e articular o Poder Executivo, a Magistratura, o Ministério Público e a Defensoria Pública para enfrentar os problemas de insegurança que afligem a população e eliminem a barbárie que atinge a população carcerária do país.

VI – Desafios de Curto Prazo de um Governo Democrático e Popular

- Zelar pelo Estado Democrático de Direito;
- Promover a efetiva separação dos Poderes do Estado;
- Submeter as instituições à vontade popular;
- Conservar o patrimônio público e reverter as privatizações, danosas à sociedade;
- Garantir a prestação integral, gratuita e de qualidade, dos serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social;
- Incentivar o desenvolvimento da ciência, em setores de tecnologia de ponta.
- Renegociação da dívida pública do Estado de Santa Catarina com a União, por meio de mudanças na legislação federal, que inviabiliza as finanças públicas estaduais.
- Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

- Promover e financiar as iniciativas culturais de relevância e excelência, para o desenvolvimento da cultura local e nacional.

- Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

- Preservar as florestas, a fauna e a flora;

- Incentivar, fomentar e proteger a produção agropecuária e industrial local, com aporte de recursos, com prioridade nas encomendas e compras do Estado;

- Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

- Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização;

- Promover a integração social dos setores desfavorecidos;

- Potencializar o aproveitamento dos recursos hídricos e minerais do estado;

- Estabelecer uma política de segurança que assegure a paz social;

- Reformar o sistema tributário estadual;

- Desenvolver uma política urbanística que enfrente com coragem os problemas de mobilidade e de saneamento enfrentados pelas cidades;

- Reduzir o valor das custas dos serviços forenses;

- Fomentar o consumo e organizar o abastecimento familiar;

- Ampliar a assistência jurídica gratuita e a Defensoria pública;

- Proteger a infância e a juventude;

- Reorganizar os sistemas de remunerações e de carreiras dos servidores públicos estaduais, elevando os menores salários e limitando os maiores ao teto legal;

- Defender a revisão do pacto federativo, a redistribuição das competências entre a União, os Estados e os Municípios;

- Desconcentrar os investimentos estatais para as regiões que demandam maior atenção governamental.

- Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

- Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

JANAÍNA DEITOS – Governadora

NORBERTO ALVES PEREIRA – Vice-Governador